Curso

Gestão Pública Municipal de Educação



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Curso gestão pública municipal de educação : destinado a secretários (as) e equipes técnicas de educação municipal / -- Brasil : Texto e Forma, 2023.
68 p. : il., color.

ISBN 978-65-85686-09-9

1. Administração pública 2. Educação - Administração pública

23-5381 CDD 351

Índices para catálogo sistemático:

1. Administração pública

SUMÁRIO

	Apresenta	ção
	Módulo 1	Gestão Administrativa 06
		Unidade 1 Gestão da Educação Pública Municipal08
		Unidade 2 Financiamento da Educação11
		Unidade 3 Planejamento e Orçamento em Educação
		Unidade 4 Captação de Recursos para Educação
		nas Plataformas do Governo Federal17
		Unidade 5 Valorização dos profissionais da Educação20
		Unidade 6 Programas e sistemas do Fundo Nacional
		de Desenvolvimento da Educação (FNDE)23
		Unidade 7 Programa Nacional de Transporte
		Escolar e Alimentação Escolar
		Unidade 8 Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas 29
	Módulo 2	Gestão Democrática 32
		Unidade 1 Interfaces da Gestão Democrática
		Unidade 2 Aspectos da Gestão Democrática
		E Relações Governamentais
_	Módulo 3	Gestão Aprendizagem41
	Wiodulo 3	Unidade 1 Currículo e Base Nacional Comum Curricular - BNCC 43
		Unidade 2 Educação digital e recursos educacionais digitais
		Unidade 3 Educação especial e educação inclusiva
		Unidade 4 Avaliações externas e a sua importância
		para a Gestão Municipal
	Módulo 4	Gestão De Políticas Públicas55
		Unidade 1 Educação de qualidade, inclusiva e equitativa
		Unidade 2 Políticas públicas para a primeira infância
		Unidade 3 Educação integral e cidade educadora 64

Módulo Especial I	Encerrando um Ciclo de Gestão: Memorial de Gestão e Processo de Transição entre governos	67
	Unidade 1 Registrando Memórias, Deixando Legados Unidade 2 Entre Conquistas e Desafios: A Transição para o	69
	Aprimoramento da Gestão Educacional	73
0.04 al l a	Iniciando um novo ciclo de Gestão Municipal:	
Módulo Especial II	Diagnóstico e Planejamento das Políticas Educacionais	. 77
Mensagem	ı final aos Cursistas	. 83

APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Gestão Pública Municipal em Educação (CGPME) é uma proposta que reúne especialistas do Brasil inteiro com larga experiência e conhecimento de causa no tema. Os conteúdos foram desenvolvidos com o objetivo de contribuir e fortalecer a atuação do Dirigente Municipal de Educação (DME) e seu corpo Técnico Pedagógico e Administrativo, de forma a assegurar o direito e o acesso à educação pública com qualidade social a todas as crianças, jovens, adultos e idosos do território municipal.

Partindo do fato que compete ao DME a missão de elaborar, implementar e gerir políticas públicas educacionais que garantam o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, a competência técnica é fundamental para que se tenha clareza das responsabilidades administrativas, políticas e sociais, voltadas à oferta da educação pública como um direito humano fundamental. Face aos desafios que se impõem ao cotidiano do gestor educacional este curso oferecerá subsídios teórico, técnico e reflexivo para a execução, monitoramento e avaliação das 4 principais dimensões da Gestão Municipal: Administrativa, Democrática, da Aprendizagem e de Políticas Públicas.

Certamente os conteúdos abordados por nossos especialistas apoiarão na garantia de ações efetivas, assertivas, seguras, responsivas, qualitativas, inclusivas e equitativas capazes de contribuir para redução das desigualdades e das exclusões sociais.

GESTÃO ADMINISTRATIVA



O módulo 1 aborda temáticas que visam auxiliar o DME na apropriação de conceitos e aspectos administrativos em educação, bem como na qualifica- ção no seu planejamento e implementação de ações que visam à melhoria da qualidade do ensino no âmbito municipal. A grande responsabilidade inerente à função do DME exige competências que estimulem a criação de uma cultura de liderança efetiva no âmbito do território local. A melhoria da qualidade da educação passa inevitavelmente pela melhoria da gestão municipal, o que o cursista terá oportunidade refletir nas 8 unidades que compõem este módulo, a saber:

UNIDADE 1 – Gestão da Educação Pública Municipal

UNIDADE 2 – Financiamento da Educação

UNIDADE 3 – Planejamento e Orçamento em Educação

UNIDADE 4 – Captação de Recursos para Educação nas Plataformas do Governo Federal

UNIDADE 5 – Valorização dos profissionais da Educação

UNIDADE 6 – Programas e Sistemas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

UNIDADE 7 – Programa Nacional de Transporte Escolar e de Alimentação Escolar

UNIDADE 8 – Prevenção e Enfrentamento da Violência nas escolas

Gestão da Educação Pública Municipal

A unidade aborda sobre a missão do DME, como agente responsável em elaborar, implementar e executar políticas públicas que garantam o desenvolvimento integral dos estudantes considerando as dimensões intelectual, cognitivo, físico, social e emocional. As competências técnicas, as responsabilidades administrativas, políticas e sociais, o conhecimento da legislação, dos programas e dos projetos educacionais públicos nas esferas municipal, estadual e federal, são fundamentais para garantir o planejamento e execução das ações DME.



OBJETIVO GERAL

Destacar os elementos fundamentais da gestão pública de secretarias municipais de educação.



Refletir sobre as principais características de um bom Gestor Educacional;

Compreender a complexidade da atuação do DME que é o responsável planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas educacionais;

Discorrer sobre o papel político e administrativo do gestor Municipal, bem como sobre a importância das parcerias necessárias para uma gestão exitosa;

Oferecer subsídios para o fortalecimento do trabalho do DME e sua Equipe na garantia de educação de qualidade e sua oferta de educação como direito fundamental do cidadão.

- Missão do Dirigente Municipal de Educação: O que significa ser Gestor Municipal de Educação no Brasil;
- Características de um bom Gestor Municipal de educação;
- O Papel da liderança na gestão Municipal: Desenvolvendo Líderes com conhecimentos e habilidades;
- Relações interinstitucionais e parcerias;
- A oferta da Educação pública como um direito humano.



Marcelo Ferreira da Costa

Mestre e Especialista em Educação e Estatística e Avaliação. Atuou na Secretaria Estadual se Educação de Goiás como Subsecretário Regional de Educação em Aparecida (2003 e 2012); Supervisor Estadual da secretaria de articulação dos sistemas de ensino SASE/MEC; Adjunto da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (2014); Membro do fórum nacional de Educação (FNE) e fórum estadual de educação de Goiás (FEE) (2017 a 2022). Foi Secretário Municipal de Goiânia (2017 a 2021) e de Senador Canedo (2021-2022), Presidente da UNDIME GOIAS (2017 a 2021), Presidente da Regional Centro oeste da Undime (2017 a 2019), Vice Presidente Nacional da UNDIME (2019-2021), Avaliador Educacional do MEC (2022) e Coordenador de formação da UNDIME Goiás desde 2022.



Financiamento da Educação

A Unidade apresenta as possibilidades e obrigatoriedades em relação a aplicação dos recursos voltados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), disciplinados por lei específica; valorização dos profissionais da Educação e a composição do Novo FUNDEB. Aborda também sobre a importância de compreender e identificar as despesas de capital e custeio e de realizar o planejamento financeiro, com assertividade nas projeções das receitas e despesas municipais.



OBJETIVO GERAL

Propiciar condições ao Dirigente Municipal de Educação (DME) para construir conhecimentos tanto sobre a execução quanto ao acompanhamento das transferências patrimoniais que compõem o orçamento formado por recursos vinculados à educação dentro do Sistema Municipal de Ensino (SME) do ente federado de sua responsabilidade.



Conhecer as principais legislações federais, estaduais e municipais no que tange às políticas públicas de financiamento público da educação, em especial a lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e lei federal nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, que tratam do novo FUNDEB;

Entender os conceitos de autonomia jurídica, pedagógica e administrativa para organizar e garantir o bom funcionamento do Sistema Municipal de Ensino (SME).

Otimizar a aplicação dos recursos vinculados à educação pautada no cumprimento dos princípios de eficiência, eficácia, legalidade e transparência, conforme previsto na legislação que versa sobre a administração pública.

- Conceito de recurso MDE possibilidades e obrigatoriedades de aplicação; Investimentos voltados ao desenvolvimento do ensino – possibilidades; Investimentos voltados à valorização dos profissio- nais da educação – limitações(LRF);
- Identificação de Despesa Corrente e Despesa de Capital;
- Composição FUNDEB como fundo de natureza contábil;
- Planejamento financeiro e as projeções de receitas e contribuições municipais ao FUNDEB.



Eduardo Cézar da Silva

Especialista em Educação como fator de inclusão social e MBA em Gestão Escolar. Coordenador e Membro da CONAE Intermunicipal de Campinas – SP (2014); Coordenador Estadual da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação São Paulo – UNCME/SP 2016 – 2020; Vice Presidente da Região Sudeste CONAE etapa nacional – Brasília DF, desde 2019. Atua como Membro da comissão de sistematização e monitoramento representando a UNCME no Fórum Nacional de Educação (FNE). Coordenador e autor do texto base referente ao eixo 3 "Gestão Democrática, Sistema Nacional de Educação e Financiamento Público da Educação Pública" na etapa nacional da CONAE.

Planejamento e Orçamento em Educação

Nesta Unidade busca-se compreender como priorizar a Educação nas ações do governo municipal, de forma a consolidar sistematicamente a participação da sociedade no processo de planejamento orçamentário. Nesse sentido, conhecer mais sobre a nova Lei de Licitação e compras públicas, assim como o papel dos órgãos de controle certamente gera mais segurança, responsividade e qualidade na gestão educacional.



OBJETIVO GERAL

Garantir a aplicabilidade de instrumentos de planejamento e orçamento, a fim de aperfeiçoar e efetivar políticas públicas zelando pelos princípios previstos na Constituição Federal.



Compreender elementos e conceitos fundamentais do processo de planejamento, licitações e dos órgãos de controle; Reconhecer a importância de temas inerentes a orçamento público e seus reflexos na rotina da Gestão Educacional; Conhecer as legislações vigentes que versam sobre processo licitatório; Identificar as diferentes fontes de recurso e sua aplicabilidade.

- Orçamento Público e Órgão de Controle;
- Licitações: Legislações Vigentes;
- Planejamento na Gestão Pública;
- Plano Plurianual PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO;
- Lei Orçamentária Anual LOAP;
- Recursos Públicos: suas origens e aplicação.



Ivando Cesar Furlan

Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2017), especializado em Direto Tributário pela FACAMP (2012) e Graduado pela Universidade São Francisco (2003). Procurador Jurídico, Advogado e fundador da FPG Consultoria em Gestão Pública Municipal, Membro da Comissão de Direito Administrativo OAB Estadual (2010 – 2012) e Presidente de Conselhos Sociais. Sólida experiência em reestruturação administrativa e de serviços de órgão públicos, com proposições juridicamente viáveis e abrangendo temas complexos.

Captação de Recursos para Educação nas Plataformas do Governo Federal

Nesta Unidade são apresentadas as plataformas de gestão e programas do governo federal como forma de aprimoramento da governança municipal. É importante que o Dirigente conheça o Transferegov.br como ferramenta integrada que operacionaliza transferências de recursos, para que seja garantida a excelência no processo que envolve captação, execução e prestação de contas de recursos. O uso correto desta plataforma visa ao aprimoramento de conhecimentos e estratégias práticas sobre as transferências fundo a fundo, emendas especiais e transferências discricionárias.



OBJETIVO GERAL

Compreender a ferramenta de repasse de recursos da União – Transferegov.br e de seu modelo de Governança e Gestão – Gestaopublicagov.br.



Garantir excelência no processo de captação, execução e prestação de contas de recursos junto à plataforma Transferegov.br; Apresentar os módulos e as funcionalidades do Transferegov.br;

Compreender o modelo de Governança e Gestão por meio da plataforma Gestaopublicagov.br;

Apresentar as possibilidades de captação de recursos para a educação em diversos programas.

- Modelo de Excelência em Governança e Gestão Gestaopublicagov.br;
- Roteiro de implementação do Gestaopublicagov.br;
- Plataforma Transferegov.br;
- Programas disponíveis no Transferegov.br.



Gabriel Peixoto Oliveira

Especialista em Gestão de Projetos na Área Pública e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é economista da secretaria de educação do Pará; professor de diversas instituições de ensino públicas e privadas nas áreas de gestão e governança; e consultor da plataforma TRANSFEREGOV.BR.

Valorização dos profissionais da Educação

Esta Unidade trata sobre o Piso Nacional Profissional do Magistério Público, com ênfase na implantação ou revisão do Plano de Carreira do Magistério considerando a realidade financeira do município e os dispositivos previstos na legislação. Este estudo oportuniza o DME ampliar sua capacidade de análise quanto aos impactos orçamentários e financeiros no município e promover a valorização todos os Profissionais da Educação.



OBJETIVO GERAL

Conhecer a legislação vigente que trata da valorização dos profissionais da educação e apropriar-se de mecanismos para efetivação de política pública no âmbito municipal que torne a carreira desses profissionais viável e atrativa.



Apresentar a legislação vigente para embasar a construção de uma política de valorização dos profissionais do magistério; Compreender e aplicar a legislação que institui o Piso Nacional do Profissional do Magistério;

Sensibilizar a gestão pública educacional em relação à importância da valorização dos profissionais de ensino por meio da efetivação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (PCRM); Identificar as principais fontes de financiamento da educação e sua aplicação; Viabilizar a implantação ou implementação do PCRM com observância nos impactos orçamentários e financeiros do município.

- Remuneração dos Profissionais do Magistério Público;
- Piso salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Edu-cação Básica
- Estatuto e plano de carreira do magistério;
- Carreira, Receita e Legislação: impactos orçamentários e financeiros.



Daiane Cristina Cavalcante

Especialista em Direito Educacional, Educação Inclusiva e Graduada em Pedagogia e Direito. Foi conteudista do Curso GEM (Gestão da Educação Municipal) do Ministério da Educação (MEC), Atua como palestrante e consultora de diversos municípios brasileiros na temática dos Programas Federais na Área da Educação (PDDE e PDDE Interativo, SIMEC (Plano de Ações Articuladas – PAR e demais perfis), SICONV, SIGARP, SIGECON, SIGPC, SIOPE e demais sistemas afins do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Programas e Sistemas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Nesta Unidade são abordados os Programas e Sistemas disponíveis e implementadas nas plataformas do governo federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O cursista conhece as etapas de planejamento, operacionalização e monitoramento do SIMEC, em especial a Política que institui o PAR, do SIGARP, SIGPC, SISCACS, SIOPE, Sigecon, CAE Virtual, SIOPE, MAVS e Educacenso, bem como do PNLD, PNLD Digital, PDDE, PDDE Interativo, PDDE WEB.



OBJETIVO GERAL

Apresentar os sistemas informatizados para o planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas das ações e programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer os diversos sistemas informatizados;

Identificar os sistemas diferenciando-os por ações e programas;

Compreender a importância da correta operacionalização dos sistemas;

Analisar dados e evidências a partir de situações; e

Monitorar o andamento de processos.



Leila Batista

Especialista em Políticas Públicas, MBA, Gestão de Eventos, Educação Corporativa, Gestão de Projetos, Liderança e Planejamento Estratégico; Graduação em Letras. Com mais de 20 anos de atuação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Ministério da educação é fundadora e CEO da Empresa Visio Treinamento e Consultoria. De 1999 – 2020 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e de 2020 - 2021 - Ministério da Educação. Com sua experiência em assistência técnica e projetos educacionais, presta consultoria com soluções inovadoras para que os municípios melhorem seus indicadores de desempenho. Produtora editorial de livros didáticos, pedagógicos e literários.

Programa Nacional de Transporte Escolar e de Alimentação Escolar

Esta Unidade traz orientações sobre a adesão, execução e acompanhamento dos Programas Nacionais de Alimentação (PNAE) e Transporte Escolar (PNATE), como política pública que visa ao atendimento universal aos estudantes e a garantia de condições de acesso, permanência e sucesso escolar. Além da especificidade de cada programa, a Unidade oferece subsídios para realizar o efetivamente o controle social pelos órgãos colegiados e garantir assertividade na execução e prestação de contas.

OBJETIVO GERAL

Contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho do Dirigente Municipal de Educação (DME) junto à equipe técnica, gestor escolar e órgãos de controle social no processo de repasses de recursos financeiros, execução, acompanhamento e prestação de contas dos Programas Nacionais de Alimentação Escolar – PNAE e de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.



Compreender as legislações vigentes que versam sobre o PNAE e PNATE; Orientar o processo de implementação dos programas com vistas à aplicação devida dos recursos federais;

Fomentar ações que garantam hábitos alimentares saudáveis pelos estudantes, valorizem a vocação agrícola local e respeitem as necessidades nutricionais de cada etapa de ensino;

Apresentar e compreender o Programa Caminho da Escola e suas características, de forma a orientar as ações governamentais para melhoria do desempenho do PNATE;

Subsidiar as ações do DME junto as Equipes Técnicas, Diretores Escolares e órgãos de controle social.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Alimentação saudável e adequada;
- Agricultura familiar;
- Tradições alimentares locais;
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;
- Programa Caminho da Escola;
- Conselho de Alimentação Escolar;
- Controle social pelo CACS FUNDEB;
- Destinação e aplicação de recursos federais;
- Prestação de contas.



Petrúcio de Lima Ferreira

Doutor Honoris Causa em Educação - Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos (2020); Mestre em Educação - Gestão de Órgãos Educacionais, pela Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER/SC em parceria com a Universidad Iberoamericana - UNINI México (2014); Graduado em Comunicação Social - Faculdades Integradas de Patos (2008); Pedagogia - Instituto de Educação e Tecnologias (2014), Gestão Pública - Centro Universitário Internacional UNINTER (2016), Administração - Faculdade Excelência (2018). Pós-graduado em: Linguística-Língua Portuguesa - Universidade Gama Filho (2010). Avaliação Educacional -Instituto Internacional de Planejamento Educacional - IIPE UNESCO Buenos Aires (2019). Autor de Projeto Despertando Oportunidades na Escola Empreendedora – DOEE. Atualmente, atua como Vice-Presidente da UNDIME-RN, Secretário Municipal de Educação e Cultura de Serra Negra do Norte/RN, Professor efetivo da Faculdade Sucesso – FACSU

Prevenção e Enfrentamento da Violência nas escolas

Esta Unidade propõe uma reflexão sobre Enfretamento da Violência nas escolas, um fenômeno contemporâneo que tem preocupado pais, estudantes, professores, secretarias de educação e a sociedade em geral. Assim, o cursista terá a oportunidade de compreender as medidas de segurança, como a escola deve se organizar e se proteger sem perder sua essência enquanto espaço de sociabilidade, segurança e de formação humana. Os aspectos pedagógicos com foco na convivência e responsabilização de toda comunidade para a construção de uma cultura de paz também ganham espaço nesta unidade e sugerem o fortalecimento de ações conjuntas entre escola, sociedade e governo, sobretudo, na prevenção da violência.



OBJETIVO GERAL

Discutir a realidade da violência escolar, suas causas e consequências e as formas que podem ser construídas coletivamente para a prevenção e combate de ações e atitudes violentas no interior das instituições educacionais.



Conceituar e tipificar a violência escolar; Compreender as causas e consequências da violência escolar;

Identificar fatores individuais e sociais que podem contribuir para o surgimento de eventos de violência no ambiente escolar; Subsidiar o DME na adoção de medidas de enfretamento e combate à violência escolar.

- Conceito e definições de violência escolar;
- A violência dentro e fora da escola;
- O papel do professor, da escola, da família e do poder público;
- Estratégias para a criação de um ambiente de paz na escola;
- Estratégias para criar um ambiente escolar seguro e acolhedor;
- Como trabalhar competências socioemocionais dentro da escola.



Marcelo Ferreira da Costa

Mestre e Especialista em Educação e Estatística e Avaliação. Atuou na Secretaria Estadual se Educação de Goiás como Subsecretário Regional de Educação em Aparecida (2003 e 2012); Supervisor Estadual da secretaria de articulação dos sistemas de ensino SASE/MEC; Adjunto da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (2014); Membro do fórum nacional de Educação (FNE) e fórum estadual de educação de Goiás (FEE) (2017 a 2022). Foi Secretário Municipal de Goiânia (2017 a 2021) e de Senador Canedo (2021-2022), Presidente da UNDIME GOIAS (2017 a 2021), Presidente da Regional Centro oeste da Undime (2017 a 2019), Vice Presidente Nacional da UNDIME (2019-2021), Avaliador Educacional do MEC (2022) e Coordenador de formação da UNDIME Goiás desde 2022.

GESTÃO DEMOCRÁTICA





O Módulo 2 trata da gestão democrática como processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade escolar, dos pais e da sociedade em geral, desde o planejamento até a avaliação das políticas públicas educacionais. Direitos e Deveres como conceitos indissociáveis, participação qualificada, princípios e interfaces, protagonismo estudantil, ações intersetorais, Regime de Colaboração e o papel dos órgãos colegiados ganham destaque neste curso e perpassam as 2 Unidades que integram o Módulo:

UNIDADE 1 – Interfaces da gestão democrática

UNIDADE 2 – Aspectos da gestão democrática e relações governamentais

Interfaces da gestão democrática

Nesta Unidade são abordados os princípios legais que disciplinam e norteiam a atuação do gestor, em especial, no âmbito escolar. Para tanto, é discutida a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar considerando tanto suas dimensões e atribuições, quanto o seu papel de gerir processos educacionais que acolham as vozes dos estudantes e garantam as aprendizagens essenciais a que todos têm direito. Discute e analisa também as interfaces com os dispositivos contidos no Plano Nacional de Educação (PNE), em especial a meta 19, que estabelecem critérios técnicos e consulta pública para efetivação da gestão democrática da Educação.

OBJETI

OBJETIVO GERAL

Conhecer e significar a gestão democrática como uma decisão política expressa por uma prática que considera a relação orgânica entre os gestores, membros da equipe, comunidade, processos de planejamento e tomada de decisões para que possa atingir com êxito metas e objetivos a curto, médio e longo prazo.



Identificar possibilidades de articulação entre a gestão escolar e os colegiados instituídos para o fortalecimento da gestão democrática; Conhecer e identificar aspectos legais e normativas vigentes que balizam processos da gestão democrática;

Compreender a organização necessárias nas práticas profissionais identificando atribuições específicas da gestão;

Conhecer as formas de provimento vigentes para o cargo de diretor escolar;

Apresentar o Projeto Político Pedagógico da escola como instrumento de organização, identificação dos desafios pensados coletivamente e as estratégias para alcançar seus objetivos;

Apresentar formas de promover uma cultura de participação efetiva estudantil de forma a construir colaborativamente soluções para os mais diversos temas da educação;

e pedagógica considerando o contexto de rede.

- Gestão democrática: legislação e normativas;
- Matriz de competência do diretor;
- Provimento do cargo de diretor;
- Construção do Projeto Político Pedagógico;
- Fortalecimento da participação estudantil;
- Autonomia da escola.



Patrícia Lueders

Mestranda em Educação, Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação Infantil. Secretária de Educação de Blumenau (SC) por 8 anos; Presidente da UNDIME Santa Catarina por 4 anos; Presidente da UNDIME Região Sul; Coordenadora nacional do Grupo de Trabalho da Educação Infantil pela UNDIME Nacional e Presidente da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE); Atualmente, é Secretária Adjunta de Santa Catarina e Membro do Conselho Estadual de Educação e Santa Catarina.

Aspectos da Gestão Democrática e Relações Governamentais

Esta Unidade convida o cursista a fazer uma reflexão sobre a gestão educacional entendendo que ela requer decisões coletivas, institucionais e políticas nos níveis de planejamento e de execução, rompendo assim, com a cultura da setorização e garantindo transparência dos atos públicos. Regime de colaboração, diálogo estreito com o poder legislativo, gestão de pessoas, comunicação e clima de trabalho são as temáticas que compõem o dorso deste estudo.



OBJETIVO GERAL

Promover a compreensão dos princípios educacionais focados na gestão democrática da escola pública, seus processos e desafios, de modo a propiciar a assimilação dos temas e conteúdos apresentados, garantindo o desenvolvimento do cursista para melhor atuação no cenário educacional com conhecimento dos seus mecanismos, subsidiando sua prática, quer seja em unidades locais ou órgãos centralizados, com capacidade de promover ações que elevem a qualidade do trabalho realizado, favorecendo o bom desenvolvimento das políticas educacionais.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender as legislações e ferramentas educacionais disponíveis e facilitadoras da gestão escolar democrática;

Analisar as concepções, mecanismos e desafios para implementação da gestão democrática, suas necessidades e implicações; Avaliar o regime de colaboração, identificando sua relevância e desafios;

Conhecer, observar e analisar modelos, programas, projetos, ferramentas e experiências de gestão democrática;

Correlacionar os pressupostos legais, sua aplicabilidade, possibilidades de implantação, monitoramento e resultados;

Investigar o papel das secretarias e ações intersetoriais na educação;

Problematizar situações cotidianas da gestão selecionando estratégias para solução de desafios tendo como referência o embasamento teórico;

Analisar a relevância dos diálogos com o legislativo para uma política educacional eficaz necessária a interação saudável e construtiva com a Câmara Municipal, responsável pela formulação de leis e diretrizes para a educação;

Explorar o papel das mídias sociais e dos meios de comunicação na disseminação de informações, na promoção da transparência e na geração de debates enriquecedores em torno das políticas e práticas educacionais; Desenvolver novas estratégias de gestão e mecanismos de participação democrática no âmbito da atuação educacional



e manifestar novas práticas de gestão baseadas nos subsídios ofertados pelos temas apresentados e estudados.

CONTEÚDOS

- Regime de Colaboração Relevância e desafios;
- Secretarias e Ações Intersetoriais;
- Diálogos com o legislativo;
- Mídias sociais e meios de comunicação;
- Clima de trabalho.



Conteudista

Claudicir Brazilino Picolo

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Políticas Públicas para a Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em Letras e Pedagogia pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Gestora atuante em educação pública e privada há 36 anos e em Gestão pública Estadual e Municipal de órgãos centrais há 18 anos, como Dirigente Regional de Ensino do Governo do Estado de SP e Secretária Municipal de Educação dos municípios de Nova Odessa/SP e Holambra/SP. Atual Coordenadora da Câmara Temática de Educação da Região Metropolitana de Campinas por 7 anos consecutivos e Coordenadora de Educação da Macroregião 4 de SP pela UNDIME.

GESTÃO DA APRENDIZAGEM



O Módulo 3 aborda sobre a Gestão da Aprendizagem, por meio das seguintes temáticas: BNCC, Educação Digital, Educação Inclusiva e Avaliações Externas. Oferece ao cursista uma ampla visão do compromisso social da educação frente aos desafios impostos pela contemporaneidade e a dívida histórica do país em relação às desigualdades sociais. O Módulo está organizado em 4 Unidades e o estudo dos diferentes temas recai sobre um único alvo: a aprendizagem dos estudantes.

As Unidades são:

UNIDADE 1 – Currículo e Base Nacional Comum Curricular - BNCC

UNIDADE 2 – Educação Digital e Recursos Educacionais Digitais

UNIDADE 3 – Educação Especial e Educação Inclusiva

UNIDADE 4 – Avaliações externas e a sua importância para a Gestão Municipal

Currículo e Base Nacional Comum Curricular - BNCC

Esta Unidade apresenta o percurso histórico de construção, a estrutura e o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora não assuma caráter de currículo, as redes municipais são convidadas a recontextualizarem esta normativa por meio da (re)elaboração de suas propostas curriculares. Ainda destaca os desafios das escolas brasileiras empreenderem esforços para garantir a recomposição de aprendizagem dos estudantes face aos impactos gerados pelo recente período pandêmico.



OBJETIVO GERAL

Apresentar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletindo sobre seu papel na efetivação da educação integral, e de qualidade, por meio dos Currículos de Redes e PPPs escolares pensados e planejados para garantir os direitos de aprendizagem de todos estudantes.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer o percurso histórico de construção, os desafios e impactos da BNCC; Apresentar a BNCC, sua organicidade e relevância para processo da gestão pedagógica; Refletir sobre o processo de transposição da BNCC para os currículos territoriais, considerando os diversos contextos sociais, políticos e culturais;

Viabilizar a reflexão sobre a BNCC e seus impactos na construção de projetos educativos de rede e sua (re) contextualização por meio da construção de currículos municipais e escolares;

Promover uma análise reflexiva sobre os possíveis desafios para a implementação da BNCC, recontextualizada nos currículos estaduais e municipais, tendo como foco os direitos de aprendizagem.

CONTEÚDOS

- BNCC Percurso Histórico, Marcos Legais e Estrutura;
- Os fundamentos gerais da BNCC (relação com os currículos e fundamentação pedagógica);
- Gestão Pedagógica: organização de rede e a recomposição da aprendizagem.



Conteudista |

Maridalva Bertacini

Mestre em educação pela UNESP Araraquara, com experiência de mais de 38 anos educação pública; atuou como professora; Coordenadora Pedagógica e Direção Escolar na Educação Básica. Coordenadora de Educação Especial e Chefia de Coordenadoria Pedagógica, em São José do Rio Preto. Coordenadora Regional do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade (SECADI/MEC); Coordenadora da BNCC/Currículo e Currículo Paulista pela UNIME-SP (2015 – 2019). Foi assessora pedagógica (2020 – 2021) para a Fundação de Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto - FAPERP e para Secretarias Municipais de São Paulo. Atualmente é Secretária Municipal de Educação no Município de Jaci-SP.

Educação Digital e Recursos Educacionais Digitais

Esta Unidade trata da Tecnologia Digital no Brasil e seus impactos na Educação Básica, tendo como objetivo ampliar a compreensão do Gestor em relação à implementação de políticas que promovam a inclusão digital dos estudantes, além de fomentar a inovação e a utilização de diferentes recursos tecnológicos na educação municipal. A Unidade aborda sobre o Programa Nacional Educação Conectada, relaciona a Educação Digital com a BNCC e discute alguns recursos educacionais digitais.



OBJETIVO GERAL

Analisar as políticas públicas sobre a Tecnologia Educacional no Brasil e seu impacto na Educação, reverberado na formação de professores e na aprendizagem dos alunos.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as principais políticas públicas sobre Tecnologia Educacional no Brasil; Refletir sobre a Alfabetização Tecnológica e Digital na Educação Básica;

Analisar a eficácia do Programa de Inovação Educação Conectada na universalização do acesso à internet nas escolas públicas e no estímulo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para a educação;

Compreender a Tecnologia Digital presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as demandas para sua efetivação.

Compreender a importância da Educação Digital na comunidade escolar; Identificar como as habilidades e competências relacionadas à Computação podem ser desenvolvidas na Educação Básica, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

Propor estratégias para a integração da Computação no currículo escolar, a fim de potencializar a aprendizagem dos estudantes e inseri-los no mundo digital.

CONTEÚDOS

- Tecnologia Educacional e as Políticas Públicas no Brasil;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a efetivação das TICs;
- Educação Digital para Educação Cidadã;
- A conectividade como um direito educacional e social.



Conteudista

Paulo Henrique Dantas

Mestrando em Educação Tecnológica (IFTM), especialista em Educação Profissional e Tecnológica Aplicada a Gestão de Projetos e Programas de Aprendizagem (IFTM), bacharel em Sistemas de Informação (FAZU), licenciado em Computação (IFTM). Professor de Tecnologias Educacionais (Secretaria de Educação de Uberaba), mentor e formador de educadores, multiplicador de Educação Midiática, Designer Instrucional, Pesquisador de Tecnologias na Educação (IFMG), Mentor do Grupo de Educadores Google (GEG), líder do GEG Uberaba, Coach Certificado Google for Education e Trainer Certificado Google for Education.

Educação Especial e Educação Inclusiva

Esta Unidade amplia a compreensão do conceito de inclusão como um direito humano e reflete sobre a Educação Especial como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar as aprendizagens dos estudantes. O cursista tem a oportunidade de conhecer sobre o percurso histórico da Educação Especial no Brasil, o fortalecimento da Educação Especial por meio das políticas de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e o papel da gestão escolar na consolidação da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.



OBJETIVO GERAL

Analisar as políticas públicas sobre a Tecnologia Educacional no Brasil e seu impacto na Educação, reverberado na formação de professores e na aprendizagem dos alunos.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Viabilizar a reflexão sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva e os impactos na construção de projetos educativos de rede; Promover a reflexão sobre os contextos reais de redes, para viabilizar a construção de projetos educativos inclusivos que não se limitam a espaços rígidos e ações pontuais, mas buscam ampliar as formas de reflexão, caminhos e escolhas;

Promover uma análise reflexiva sobre os possíveis desafios para a efetivação de uma educação inclusiva, nos currículos estaduais e municipais, tendo como foco os direitos de aprendizagem a todos os estudantes.

Compreender a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, como garantia dos direitos de aprendizagens para todos os estudantes.

Reconhecer a necessidade de formação continuada aos profissionais em contexto de trabalho.

CONTEÚDOS

- Percurso Histórico da Educação Especial no Brasil;
- Política Nacional de Educação Inclusiva e Atendimento Educacio- nal Especializado;
- Gestão Pedagógica: organização de rede considerando a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.



Conteudista

Maridalva Bertacini

Mestre em educação pela UNESP Araraquara, com experiência de mais de 38 anos educação pública; atuou como professora; Coordenadora Pedagógica e Direção Escolar na Educação Básica. Coordenadora de Educação Especial e Chefia de Coordenadoria Pedagógica, em São José do Rio Preto. Coordenadora Regional do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade (SECADI/MEC); Coordenadora da BNCC/Currículo e Currículo Paulista pela UNIME-SP (2015 – 2019). Foi assessora pedagógica (2020 – 2021) para a Fundação de Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto - FAPERP e para Secretarias Municipais de São Paulo. Atualmente é Secretária Municipal de Educação no Município de Jaci-SP.

Avaliações externas e a sua importância para a Gestão Municipal

Esta Unidade aborda sobre o sistema de avaliação em larga escala, seus objetivos e contribuições na (re)definição dos aspectos didático-metodológicos das redes municipais de ensino. Apresenta o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que se consolidou nas últimas décadas como ferramenta para monitorar a qualidade do ensino e propõe uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se tornou a medida social de maior impacto sobre a percepção do desempenho das escolas e redes.



OBJETIVO GERAL

Compreender o papel das avaliações em larga escala como um instrumento de mensuração da qualidade do ensino e aprendizagem e de (re)planejamento das propostas curriculares e recursos didático-metodológicos no âmbito da Educação Municipal.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Diferenciar os tipos de avaliação e sua utilidade em cada contexto;

Compreender as principais características do SAEB e a fórmula de cálculo do Ideb;

Compreender, com base na legislação vigente, a relação entre Avaliação e Financiamento - ICMS Educacional e VAAR;

Refletir sobre as boas práticas para melhoria de resultados da aprendizagem dos estudantes.

CONTEÚDOS

- Tipos de avaliação: Diagnóstica, Formativa, Somativa;
- Avaliações Internas e Externas;
- Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB;
- Índice de desenvolvimento da Educação Básica IDEB;
- Avaliação e Financiamento;
- ICMS Educacional;
- VAAR;
- Práticas para melhoria de resultados;
- Novo SAEB e Novo Ideb.



Conteudista

Helber Ricardo Vieira

Ex-Secretário Nacional Adjunto de Educação Básica no Ministério da Educação. Em posições anteriores, foi Subsecretário de Educação do Distrito Federal e Conselheiro Distrital de Educação. É servidor público federal na carreira de Pesquisador Tecnologista de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Inep. Foi Subsecretário de Tecnologias e Inovação Educacional na Secretaria de Educação do DF. Foi assessor da presidência do INEP e atuou em comitês como o de Governança e de Gestão Estratégica de Pessoas. É professor de programas de MBA da Fundação Getúlio Vargas, do IBMEC, da PUC UOL e da Escola Nacional de Governo, a ENAP. Foi Leitor Brasileiro convidado da Universityof West Indies. É coautor do livro "Canvas de Projeto: como transformar ideias em projetos" e de artigos na área de educação e gestão.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MÓDULO 4

O Módulo 4 "Gestão de Políticas Públicas" destaca instrumentos promotores de uma educação que, de fato, seja inclusiva, equitativa e de qualidade. Para além da discussão dos conceitos, as Unidades abordam sobre os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, que favorecem o delineamento novas ações e projeção de novas metas nos territórios locais; sobre a primeira infância, que enfatiza o planejamento de políticas que garantam os direitos das crianças previstos na legislação; e sobre a Educação Integral na perspectiva da Cidade Educadora, que propõe a formação da inteireza dos sujeitos por meio de políticas públicas intersetoriais.

O Módulo é composto por 3 Unidades:

UNIDADE 1 – Educação de qualidade, inclusiva e equitativa

UNIDADE 2 - Políticas públicas para a primeira infância

UNIDADE 3 – Educação Integral e Cidade Educadora

Educação de qualidade, inclusiva e equitativa

Esta Unidade apresenta os conceitos de Educação, Qualidade, Inclusão e Equidade com a necessária fundamentação teórica e legal, aborda de forma ampla e aprofundada a Estrutura da Política Educacional Brasileira e sinaliza os desafios para sua implementação. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação (SNE), com seus desdobramentos nos âmbitos Estaduais e Municipais ganham destaque nesta unidade. As reflexões propostas convidam o cursista a considerar no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do seu município, as prerrogativas de autogoverno, auto-administração, auto legislação, auto-organização e autonomia financeira.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao DME a apropriação dos conceitos de Qualidade, Inclusão e Equidade, essenciais para o aprimoramento da sua atuação e para efetivação de Políticas Públicas Municipais em Educação.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender as relações necessárias entre políticas públicas educacionais e a gestão escolar;

Identificar os elementos que compõem uma gestão democrática e participativa em nível de instituições educativas e de governo; Analisar concepções, tipos, funções e pressupostos de diferentes processos de gestão, à luz da legislação vigente;

Oferecer insumos para que o DME desencadeie situações, experiências e relações que convergem para uma formação profissional crítica, consciente e competente, superando uma gestão centrada em poucos indivíduos e/ou pouco participativa;

Problematizar a organização escolar e educacional, em nível de escola e de governo, e seu funcionamento, tendo como referência discussões teóricas e os processos de gestão escolar;

Observar os diferentes níveis de medidas, os pressupostos e procedimentos que guiam os processos de elaboração, desenvolvimento e implementação de diferentes políticas públicas;

Desenvolver postura investigativa em relação a valores e metas de políticas públicas, especialmente as educacionais;

Compreender que a Estrutura da Política Educacional resulta de ações e de relações entre os diferentes sujeitos que compõem seu espaço e elaboram as suas práticas.

CONTEÚDOS

- Estrutura da Política Educacional;
- Desafios da implementação;
- Plano Nacional de Educação PNE;
- Planos Estaduais de Educação PEE;
- Plano Distrital de Educação PDE;
- Planos Municipais de Educação PME;
- Sistema Municipal de Educação SME.



Conteudista

Ítalo Francisco Curcio

Pedagogo, Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, com Pós-Doutorado pela Universidade do Minho, em Portugal, na área da Educação e Sistemas de Informação, com pesquisa em Educação a Distância. Mestre em Engenharia de Materiais, Especialista em Didática do Ensino Superior, Educação Inclusiva, Gestão Escolar e em Ciências dos Materiais. Foi professor de Físi-

ca e Matemática da Educação Básica por mais de vinte anos, no ensino público e privado; Coordenador de Cursos da Educação Básica, Educação Superior e Pós--Graduação, e Orientador Pedagógico. Professor desde 1975, com atividade predominante na formação de Professores da Educação Básica e Ensino Superior, desde 1978. Membro de comissões científicas e de avaliação em congressos no Brasil e no Exterior. Foi nomeado, em 2014, Embaixador de Cultura de Paz e Ética Global pela World Federation of UNESCO Clubs, Centres and Associations. Em 2022 recebeu a Medalha de Mérito dos Pacificadores, das Forças de Paz da ONU, por meio da American Associationof United NationIntergovernmetalPeacekeeping, América do Sul. É membro titular do Fórum Nacional de Educação - FNE desde 2017, e seu atual Coordenador de Monitoramento e Sistematização, como representante da ABIEE - Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas. Professor e pesquisador na Universidade Presbiteriana Mackenzie, Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Coordenador de Pesquisa e Coordenador de Extensão.

Políticas públicas para a primeira infância

Nesta Unidade discute-se sobre a importância da Primeira Infância no desenvolvimento humano, sensibilizando os gestores e toda a sociedade para a necessidade de priorizar esta primeira etapa da Educação Básica nas políticas públicas brasileiras. O cursista tem a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplando a importância da escuta, da formação permanente da rede, do regime de colaboração, da intersetoriedade e do trabalho com indicadores de qualidade para a garantia dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento. Para subsidiá-lo, são apresentados aspectos históricos, os princípios, concepções e normativas que respaldam ações para a primeira infância.



OBJETIVO GERAL

Refletir sobre o papel do regime de colaboração e os aspectos históricos, legais e pedagógicos como elementos que fortalecem o processo de construção de políticas públicas com ênfase na garantia dos direitos das crianças.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Sensibilizar os gestores quanto à importância da primeira infância para o desenvolvimento humano;

Revisitar os marcos normativos brasileiros e as mudanças de concepções sobre criança e infância ao longo das últimas décadas;

Relacionar à qualidade da educação oferecida as crianças com os pressupostos apresentados na BNCC.

Analisar os indicadores de qualidade em relação ao atendimento às crianças pelos diferentes setores no âmbito do território.



Conteudista

Patrícia Lueders

Mestranda em Educação, Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação Infantil. Secretária de Educação de Blumenau (SC) por 8 anos; Presidente da UNDIME Santa Catarina por 4 anos; Presidente da UNDIME Região Sul; Coordenadora nacional do Grupo de Trabalho da Educação Infantil pela UNDIME Nacional e Presidente da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE); Atualmente, é Secretária Adjunta de Santa Catarina e Membro do Conselho Estadual de Educação e Santa Catarina.

Educação Integral e Cidade Educadora

Nesta Unidade, o cursista reflete sobre princípios, concepções e normativas que versam sobre a Educação Integral, compreende o percurso histórico desta proposta no cenário Brasileiro, analisa e compreende o conceito de Cidade Educadora como política pública intersetorial. No tocante à estruturação de uma Cidade que seja Educadora, o Gestor é mobilizado a reconhecer a importância das parcerias e ações concretas entre setor público e privado, entre a comunidade e organismos sociais. Neste sentido, a Unidade traz como pauta o objetivo de todos os setores e segmentos do território local assumirem a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento de todos os habitantes, a começar pelas crianças.

OBJETIVO GERAL

Compreender as principais concepções, princípios e normativas das políticas de Educação Integral no Brasil e as potencialidades de construção de políticas públicas articuladas em torno dos princípios da Cidade Educadora.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer as construções históricas, legais e ideológicas das diferentes concepções da Educação Integral no Brasil;
Analisar diferentes experiências e práticas de Educação Integral;
Compreender a Cidade Educadora como Inédito Viável de estruturação de Políticas públicas articuladas.

CONTEÚDOS

- Educação Integral: legislações vigentes e percurso histórico;
- Concepções de Educação Integral;
- Educação Integral enquanto política pública: desafios e possibilidades;
- Histórico e Princípios da Cidade Educadora;
- Processos para constituição de uma Cidade Educadora.



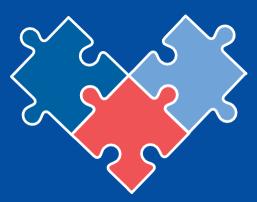
Conteudista

Alexsandro Machado

Graduado em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil (2003), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2005), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e pós-doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Pernambuco (2016). Foi Professor Adjunto do Curso de Pedagogia e Coordenador Geral dos Cursos da Educação a Distância - Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL/UFRPE).

Encerrando um Ciclo de Gestão: Memorial de Gestão e Processo de Transição entre Governos

MÓDULO ESPECIAL I



O Módulo Especial I aborda duas dimensões essenciais para efetivação de uma política séria e comprometida da Secretaria Municipal de Educação (SME): análise e registro do percurso de trabalho realizado até o presente e o processo de transição entre o atual e o próximo governo. A Unidade 1 oferece subsídios e instrumentos para a construção do memorial de gestão, com ênfase nos avanços e resultados alcançados por meio dos programas, projetos e ações implementados no(s) último(s) ano(s). A Unidade 2, apoiada no arcabouço descritivo do memorial, apresenta um conjunto de orientações para proceder à transição entre governos, pautada no compromisso ético do Dirigente Municipal de Educação (DME), bem como nos princípios que regem a Administração Pública. Estas duas abordagens possibilitarão ao Dirigente Municipal de Educação o exercício de identificar e registrar as conquistas, avaliar as fragilidades e recomendar ao próximo gestor o aperfeiçoamento de rotas para o novo ciclo de gestão.

O Módulo é composto por 2 Unidades:

UNIDADE 1 – Registrando Memórias, Deixando Legados

UNIDADE 2 – Entre Conquistas e Desafios: A Transição para o

Aprimoramento da Gestão Educacional

Registrando Memórias, Deixando Legados

A unidade destaca os principais instrumentos para elaboração do Memorial de Gestão da educação municipal referente a um determinado período administrativo. O levantamento de dados, informações, relatórios, indicadores e outros materiais comprobatórios acerca do trabalho - que é orgânico e sempre está em movimento — constitui um importante exercício para o gestor identificar, acompanhar e registrar os acontecimentos, conquistas e fragilidades que marcaram a sua gestão, assim como explicitar os desafios que deverão ser enfrentados pelo próximo gestor. Este documento é insumo indispensável para garantir a transição entre governos e para a (re)formulação das políticas públicas.

OBJETIVO GERAL

Identificar, analisar e registrar programas, projetos, ações e serviços implementados no âmbito da Educação, gerando um Memorial de Gestão Municipal



Objetivos Específicos

Levantar e registrar, por meio de evidências e análise de indicadores, a estrutura da política educacional e as ações realizadas durante a Gestão no âmbito da dimensão administrativa da Educação Municipal;

Compilar dados e informações relativos aos elementos que compuseram o modelo de Gestão Democrática adotada pela SME;

Sistematizar os resultados da aprendizagem dos estudantes aferidos nas avaliações internas e externas;

Descrever os avanços alcançados na Educação Municipal com relação à proposta curricular, a implementação da Educação Digital na Rede e Garantia do Atendimento do público-alvo da Educação Especial;

Registrar, com elementos comprobatórios, os avanços alcançados no âmbito das Políticas Públicas voltadas à Educação Integral na perspectiva de cidade educadora e à primeira infância.

CONTEÚDOS

- Captação de Recursos;
- Valorização dos Profissionais;
- Programas e Sistemas;
- Transporte Escolar;
- Alimentação Escolar;
- Prevenção e Enfrentamento da Violência;
- Interfaces;
- Aspectos e Relações Governamentais;
- Currículo;
- Educação Digital;
- Recursos Digitais;
- Educação Especial;
- Educação Inclusiva;
- Avaliações Internas e Externas;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano pela Primeira Infância;
- Educação Integral e Cidade Educadora.



Conteudista

Oliver Lima

Mestrando em Educação, Especialista em Educação Infantil, licenciado em Ciências Sociais. Atuou como Dirigente Municipal de Ensino e coordenador de projetos educacionais em Secretarias Municipais. Foi avaliador do Prêmio Nacional de Gestão Escolar edições de 2017 e 2020, Redador do Currículo Paulista (Probncc), etapa da Educação Infantil, autor de produção de ciclos formativos para Professores da Educação Infantil (Secretaria de Estado da Educação de São Paulo). Atua como Palestrante, Consultor Educacional, Conteudista de cursos de formação continuada e em processos de implementação de Propostas Curriculares nas Redes de Ensino).

UNIDADE 2

Entre Conquistas e Desafios: A Transição para o Aprimoramento da Gestão Educacional

A unidade aborda sobre a importância do diálogo e transparência entre o corpo técnico pedagógico atual da SME e a equipe que conduzirá o processo de continuidade e/ou implementação de novas políticas educacionais, evitando, assim, as rupturas e retrocessos no projeto de educação do município. Uma vez valendo-se dos dados, informações e indicadores que retratam os avanços e recuos, as potencialidades e fragilidades, as características identitárias do território e os impactos do trabalho realizado no atual ciclo de gestão, o DME dará luz à próxima equipe de governo no processo de planejamento e execução de ações que atendam às demandas identificadas no contexto da educação municipal.



OBJETIVO GERAL

Subsidiar o cursista no de processo Gestão transição da SME, da considerando princípios da os Administração Pública e o compromisso com a continuidade dos processos educacionais no âmbito do Município.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Atender, durante o processo de encerramento e transição do ciclo de gestão, os princípios da Administração Pública — Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência; Refletir sobre o compromisso profissional e ético do DME nos procedimentos de transição da gestão com vistas com a garantia de uma política educacional com qualidade social;

Instrumentalizar o SME para se apropriar dos contratos e convênios vigentes, bem comorefletir sobre os processos que exigirão prestação de contas no ano subsequente;

Garantir a continuidade das políticas públicas educacionais face à identificação dos avanços, retrocessos, estagnações e desafios na gestão.



CONTEÚDOS

- Princípios da Administração Pública;
- Compromisso Ético, Social e Profissional com a Educação;
- Continuidade das Políticas Públicas;
- Avanços, retrocessos, estagnações e desafios;
- Prestação de contas.



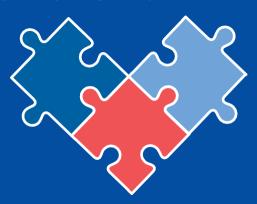
Conteudista !

Daniela Matias Zanoni

Mestranda em Educação (UNESP/Bauru); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Especialista em Educação Transformadora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pedagoga. Com 22 anos de experiência em Educação, sendo 10 anos de experiência em Gestão Pública Municipal em Educação, Professora e Dirigente Municipal de Educação de Nazaré Paulista-SP desde 2014; Professora Universitária na disciplina de Teoria e Prática da administração Escolar, no Centro Universitário UNIFAAT, desde 2022 e Representante de Polo da Região Bragantina da UNDIME-SP, desde 2021. Conteudista de cursos de formação continuada. Foi membro da Comissão de avaliação e monitoramento do Fórum Nacional de Educação (FNE), para Conferência Nacional de Educacão (CONAE 2022).

Iniciando um novo ciclo de Gestão Municipal: Diagnóstico e Planejamento das Políticas Educacionais

MÓDULO ESPECIAL II



O Módulo Especial II versa sobre os desafios que acompanham os primeiros dias de atuação do DME e oferece subsídios para o planejamento e definição de diretrizes, políticas e programas que devem compor o projeto educativo no âmbito do território municipal. É fundamental que no início do novo ciclo de gestão haja um alinhamento cuidadoso com a equipe técnico pedagógica, análise criteriosa das informações e indicadores mensurados no memorial de gestão e definição das prioridades em cada uma das dimensões educacionais: administrativa, democrática, aprendizagem e políticas públicas. A função articuladora, mobilizadora e organizadora do DME ocupa centralidade na agenda de um trabalho inteiramente comprometido com a garantia da educação pública inclusiva, democrática, equitativa e com qualidade social.

OBJETIVO GERAL

Auxiliar o DME na definição de uma agenda consistente e assertiva de trabalho nos primeiros dias do novo ciclo de gestão do órgão central da educação municipal.



Objetivos Específicos

Orientar o gestor quanto à importância de constituir e/ou alinhar a equipe técnicopedagógica da SME para definir as diretrizes da Educação Municipal do Novo Ciclo de Gestão;

Auxiliar o Gestor nas etapas de sensibilização e mobilização dos profissionais e da comunidade local, visando à construção do Projeto Educativo de Rede;

Oferecer subsídios para que o gestor se aproprie da legislação, políticas e diretrizes educacionais;

Instrumentalizar o Dirigente Municipal de Educação e sua equipe técnico pedagógicaem relação ao mapeamento das demandas escolares para organizar e planejar o ano letivo;

Definir e detalhar os elementos que compõem as quatro principais dimensões da Gestão Pública Educacional com vistas à construção de metas e planos de ação para o novo ciclo de gestão.

CONTEÚDOS

- Constituição e/ou alinhamento da Equipe Técnico Pedagógica da SME;
- Definição de instrumentais e indicadores para o planejamento da educação Municipal;
- Legislação educacional;
- Projeto Educativo de Rede;
- Dimensão Administrativa;
- Dimensão Democrática;
- Dimensão da Aprendizagem;
- Dimensão de Políticas Públicas.



Conteudista

Oliver Lima

Mestrando em Educação, Especialista em Educação Infantil, licenciado em Ciências Sociais. Atuou como Dirigente Municipal de Ensino e coordenador de projetos educacionais em Secretarias Municipais. Foi avaliador do Prêmio Nacional de Gestão Escolar edições de 2017 e 2020, Redador do Currículo Paulista (Probncc), etapa da Educação Infantil, autor de produção de ciclos formativos para Professores da Educação Infantil (Secretaria de Estado da Educação de São Paulo). Atua como Palestrante, Consultor Educacional, Conteudista de cursos de formação continuada e em processos de implementação de Propostas Curriculares nas Redes de Ensino).



Conteudista

Daniela Matias Zanoni

Mestranda em Educação (UNESP/Bauru); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Especialista em Educação Transformadora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pedagoga. Com 22 anos de experiência em Educação, sendo 10 anos de experiência em Gestão Pública Municipal em Educação, Professora e Dirigente Municipal de Educação de Nazaré Paulista-SP desde 2014; Professora Universitária na disciplina de Teoria e Prática da administração Escolar, no Centro Universitário UNIFAAT, desde 2022 e Representante de Polo da Região Bragantina da UNDIME-SP, desde 2021. Conteudista de cursos de formação continuada. Foi membro da Comissão de avaliação e monitoramento do Fórum Nacional de Educação (FNE), para Conferência Nacional de Educação (CONAE 2022).

Mensagem final aos Cursistas

Chegamos ao fim de uma longa e profícua jornada em que reunimos grandes nomes da educação do nosso país para auxiliá-los na gestão dos processos educacionais da sua rede.

As temáticas abordadas nos 4 Módulos buscaram contemplar desafios, anseios e necessidades que vocês, Gestores, se deparam cotidianamente nas diferentes realidades do território brasileiro. A responsabilidade de ser Dirigente Municipal de Ensino, na atual conjuntura, exige conhecimentos, habilidades de liderança, trabalho colaborativo e capacidade de análise da realidade para, por conseguinte, desencadear processos que envolvem planejamento, execução e monitoramento das ações educacionais.

Temos um compromisso assumido com a sociedade e é necessário viabilizar caminhos seguros para a promoção de uma educação equitativa, inclusiva e com qualidade social. Ampliar o trabalho intersetorial, garantir a formação e a valorização dos profissionais, gerir recursos financeiros com responsabilidade e observância da legislação, dotar a rede com infraestrutura adequada, fomentar políticas públicas, estimular o protagonismo estudantil e a atuação dos órgãos de controle social, fortalecer a parceria escola-família, melhorar o processo de ensino e aprendizagem, são alguns ingredientes indispensáveis para atingir altos padrões de gestão.

Sabemos que os recursos, em muitos contextos, são limitados e o tempo para implementar projetos é escasso, prescindindo de bons planejamentos com nossos colaboradores. Por isso, a proposta deste curso de nivelamento contempla as 4 principais dimensões da Gestão Educacional: Administrativa, Democrática, da Aprendizagem e de Políticas Públicas. Elas, certamente, além de proporcionarem maior segurança e assertividade nas tomadas de decisões, colaboram para o cumprimento dos princípios da Administração Pública.

Caro Cursista, esperamos que esse período dedicado ao curso tenha atendido às suas expectativas e que os aprendizados ganhem transposição para a sua prática cotidiana. Sigamos confiantes, centrados em nosso propósito e vibremos com cada conquista, com cada sorriso e cada avanço dos nossos estudantes, pois eles são e continuarão sendo nosso impulso e razão de sermos educadores.

Abraço fraterno a todos e esperamos vocês numa próxima jornada.

Coordenação Geral



Coordenação geral do curso

Daniela Matias Zanoni

Mestranda em Educação (UNESP/Bauru); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Especialista em Educação Transformadora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pedagoga. Com 22 anos de experiência em Educação, sendo 10 anos de experiência em Gestão Pública Municipal em Educação, Professora e Dirigente Municipal de Educação de Nazaré Paulista-SP desde 2014; Professora Universitária na disciplina de Teoria e Prática da administração Escolar, no Centro Universitário UNIFAAT, desde 2022 e Representante de Polo da Região Bragantina da UNDIME-SP, desde 2021. Conteudista de cursos de formação continuada. Foi membro da Comissão de avaliação e monitoramento do Fórum Nacional de Educação (FNE), para Conferência Nacional de Educação (CONAE 2022).



Oliver Lima

Mestrando em Educação, Especialista em Educação Infantil, licenciado em Ciências Sociais. Atuou como Dirigente Municipal de Ensino e coordenador de projetos educacionais em Secretarias Municipais. Foi avaliador do Prêmio Nacional de Gestão Escolar edições de 2017 e 2020, Redador do Currículo Paulista (Probncc), etapa da Educação Infantil, autor de produção de ciclos formativos para Professores da Educação Infantil (Secretaria de Estado da Educação de São Paulo). Atua como Palestrante, Consultor Educacional, Conteudista de cursos de formação continuada e em processos de implementação de Propostas Curriculares nas Redes de Ensino.)

Direção Geral: KAL